



SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS
DE SETÚBAL

h
B-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REUNIÃO N.º

01/2026

DATA

14/01/2026

PROPOSTA N.º

08/2026/PCA

DELIBERAÇÃO N.º

08/2026

ASSUNTO: **Constituição de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa – 2026.**

Na sequência da aprovação do Regulamento de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa pelo Conselho de Administração, em reunião datada de 05.01.2023, e atendendo à necessidade de alguns serviços poderem recorrer a fundos de maneio para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, proponho, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 12.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal, a constituição dos seguintes fundos de maneio, para o ano de 2026:

- Constituição de fundo de maneio em nome de Maria da Luz Batista, na qualidade de Diretora do Departamento Financeiro, no montante de €750 (setecentos e cinquenta euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante;
- Constituição de fundo de maneio em nome de Pedro Miguel Martins Heleno, responsável pelo armazém, no montante de €300 (trezentos euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante;
- Constituição de fundo de maneio em nome de Ana Alexandra Rúpio Marques, na qualidade de Diretora do Departamento de Exploração, no montante de €1 000 (mil euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante;
- Constituição de fundo de maneio em nome de Maria Manuela Canastreiro Alves, na qualidade de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no montante de €300 (trezentos euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante;
- Constituição de fundo de maneio em nome de Alexandra Daniel na qualidade de Diretora do Departamento Comercial, no montante de €300 (trezentos euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante;
- Constituição de fundo de maneio em nome de João Ezequiel Rocha na qualidade de Diretor do Departamento de Engenharia, no montante de €300 (trezentos euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante;
- Constituição de fundo de maneio em nome de Alexandre Freire na qualidade de Diretor de Departamento de Resíduos Urbanos, no montante de €600 (seiscentos euros), para fazer face a despesas correntes de pequeno montante.

Proponho também, nos termos do citado Regulamento a constituição dos seguintes Fundos Fixos de Caixa aos trabalhadores abaixo indicados, de forma a facilitar os trocos, considerando que as suas funções implicam o manuseamento de dinheiro e são responsáveis pela cobrança de receita:

- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Ana Teresa Alves Marques, no montante de €200 (duzentos euros);
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Vanessa Figueiredo, no montante de €200 (duzentos euros);
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Silvia Susana do Carmo Silva, no montante de €200 (duzentos euros);
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Maria Manuela Galhoz Gonçalves, no montante de €200 (duzentos euros);
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Túlía Dias, no montante de €200 (duzentos euros);
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Odete Silva, no montante de €200 (duzentos euros);
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Vânia Patricia da Costa da Silva, no montante de €200 (duzentos euros).
- Constituição de fundo fixo de caixa em nome de Ema Nunes, no montante de €200 (duzentos euros).

A Proponente

Ys. Dora Feiz

APROVADA	REJEITADA				
<input checked="checked" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
		Votos Contra	Abstenções	3	Votos a Favor

PRESIDENTE

Ys. Dora Feiz

VOGAL

Bm Or

VOGAL

João Ximenes

INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º

DFIN 01/2026

DATA

09/01/2026

DE Departamento Financeiro

PARA Conselho de Administração dos SMS


ASSUNTO Constituição de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa - 2026

Exma. Senhora Presidente e Exmos. Senhores Vogais do Conselho de Administração,

Na sequência da aprovação do Regulamento de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa pelo Conselho de Administração, em reunião datada de 05.01.2023, e atendendo à necessidade de alguns serviços poderem recorrer a fundos de maneio para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 12.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal, junto em anexo proposta da constituição dos fundos de maneio e fundos fixos de caixa, para o ano de 2026.

À consideração superior,

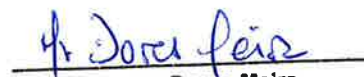
A Diretora do Departamento Financeiro



DESPACHO :

*Deixo assim os papéis, dando a
necessária publicidade a aprovação e
dedicação, na parte do CA de SMS.
proceder.*

Concordo.
Prepare-se proposta para submeter a
reunião do Conselho de Administração.


Maria das Dores Meira
09/01/2026



Regulamento de Fundos de Maneio e fundos Fixos de Caixa dos Serviços Municipalizados de Setúbal



Índice

Preâmbulo	1
Artigo 1º - Objeto	2
Artigo 2º - Definição e Caracterização	2
Artigo 3º - Constituição	3
Artigo 4º - Funcionamento	3
Artigo 5º - Regularização	4
Artigo 6º - Reconstituição	4
Artigo 7º - Reposição	5
Artigo 8º - Fundos Fixos de Caixa	5
Artigo 9º - Disposições Finais e Penalidades	6
Artigo 10º - Entrada em Vigor	6

Preâmbulo

Na gestão diária dos Serviços Municipalizados de Setúbal pode surgir a necessidade de realizar despesas urgentes, inadiáveis e de pequeno montante. O tempo, modo e lugar da exigibilidade da realização da despesa e o seu pagamento, pode tornar-se incompatível com o procedimento administrativo comum.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, permite, nos termos do ponto 2.9.10.1.11, em caso de reconhecida necessidade, a constituição de fundos de maneo com vista ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. O mesmo diploma refere, ainda, que para efeitos de controlo, o Órgão Executivo deve aprovar um regulamento que estabeleça a constituição e regularização dos fundos de maneo.

Nesta medida, o presente regulamento estabelece as regras e procedimentos de constituição, reconstituição e reposição dos fundos de maneo dos Serviços Municipalizados de Setúbal, bem como a sua contabilização.

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as regras de constituição, reconstituição, utilização e regularização dos fundos de maneo dos Serviços Municipalizados de Setúbal, em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual.

Artigo 2.º

Definição e Caracterização

- 1- O fundo de maneo é um montante de caixa, ou equivalente de caixa, entregue a determinada pessoa com a finalidade de realização e pagamento imediato de despesas de pequeno montante.
- 2- O fundo de maneo é nominal e só pode ser utilizado até ao limite autorizado.
- 3- A realização de despesas através de fundos de maneo será sempre uma medida de exceção, caso não seja possível seguir os procedimentos a observar no regime de

4

aquisição de bens e serviços, devendo ser utilizado somente para aquisições de pequeno montante.

- 4- A movimentação do fundo de maneo é da exclusiva competência do seu responsável, respondendo este, financeiramente, nas situações de violação do presente regulamento interno.

Artigo 3º

Constituição

- 1- Os fundos de maneo são constituídos por deliberação do Conselho de Administração, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 10.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração.
- 2- Os pedidos de constituição de fundos de maneo devem ser instruídos e justificados, junto do Departamento Financeiro, pelo dirigente máximo de cada unidade orgânica, com a seguinte informação:
 - a. Justificação da necessidade;
 - b. Montante global do fundo de maneo;
 - c. Identificação do titular do fundo de maneo;
 - d. A natureza das despesas a contemplar e a sua afetação às rubricas de classificação económica correspondentes.
- 3- A autorização de constituição do fundo de maneo pressupõe a atribuição da competência para a autorização da despesa ao responsável pela gestão do fundo de maneo (Titular do fundo de maneo).
- 4- Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneo são objeto de cabimento e de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
- 5- A competência para a reconstituição dentro do montante global aprovado compete ao Departamento Financeiro.
- 6- A reconstituição do fundo de maneo pressupõe o cumprimento prévio das regras de controlo mensal.

Artigo 4º

Funcionamento

- 1- Constituído o fundo de maneo, as importâncias anuais a despendar por conta do mesmo têm como limite o valor máximo do fundo.

5

- 2- Pelo fundo de maneo só podem ser realizadas despesas de pequeno valor que sejam de reconhecida necessidade, urgentes e inadiáveis, pelo que as mesmas só serão consideradas devidamente documentadas quando acompanhadas de memorando descritivo dessas qualidades, estando assim vedada a aquisição de bens de suscetíveis de inventariação.
- 3- Em caso de incumprimento do estabelecido no número anterior, fica o titular do fundo de maneo responsável por suportar a despesa.
- 4- As despesas realizadas têm de obedecer à natureza das despesas para as quais foi autorizada a constituição do fundo de maneo.
- 5- As despesas realizadas por conta do fundo de maneo têm que cumprir todos os requisitos legais inerentes a qualquer outra despesa e têm obrigatoriamente de ser documentadas com faturas e recibos ou faturas/recibo em forma legal.

Artigo 5º

Regularização

- 1- O fundo de maneo é obrigatoriamente regularizado mensalmente, sendo os comprovativos da realização das despesas entregues no Departamento Financeiro até ao 2º dia útil do mês seguinte.
- 2- Os documentos comprovativos de despesas realizadas pelo fundo de maneo referentes a determinado mês que não sejam entregues até ao 2º dia útil do mês seguinte a que se referem são consideradas como despesas não autorizadas e o seu pagamento será suportado pelo responsável do fundo

Artigo 6º

Reconstituição

- 1- No final de cada mês, os responsáveis pelo fundo de maneo devem enviar ao Departamento Financeiro, até ao 2º dia útil do mês seguinte a que respeita, um mapa descritivo das despesas efetuadas com os documentos originais justificativos de despesas referentes aos dispêndios do mês (fatura, fatura simplificada ou fatura-recibo).
- 2- Os documentos de despesa devem conter os requisitos exigidos pelo Código do IVA, nomeadamente, o nome e NIF do fornecedor, quantidade e denominação do bem transmitido ou do serviço prestado, preço, taxa IVA aplicável e o montante de imposto

h

- devido, e devem estar obrigatoriamente emitidos em nome dos Serviços Municipalizados de Setúbal com indicação do respetivo NIF.
- 3- Nos talões referentes a portagens e estacionamento deverá constar a indicação, ainda que manual, da matrícula da viatura, bem como de outras despesas com transportes.
 - 4- A reconstituição do fundo de maneiio é feita até 12 vezes ao ano, mediante entrega dos documentos justificativos das despesas no final de cada mês. Não podem existir documentos por entregar de meses anteriores ao mês em referência, sem fundamentada justificação e autorização.
 - 5- Na reconstituição do fundo de maneiio não são aceites despesas com data anterior à constituição do mesmo, ou com data anterior à última reposição e a reposição periódica do fundo de maneiio não pode ser superior ao fundo de maneiio atribuído.
 - 6- Após conferência dos documentos anexos à ordem de pagamento, os serviços do Departamento Financeiro, procedem ao reembolso, em numerário, ao responsável pelo fundo de maneiio.

Artigo 7º

Reposição

1. Para efeitos de reposição anual, os responsáveis dos respetivos fundos fazem a restituição dos mesmos até ao dia 31 do mês de dezembro de cada ano, devendo o somatório dos documentos apresentados e do numerário corresponder ao montante total da sua constituição.
2. No final do ano o Departamento Financeiro deve assegurar o estorno do montante do cabimento e compromisso não utilizado de cada fundo de maneiio, devendo também ser saldadas as contas de caixa referentes aos fundos de maneiio.
3. Em caso de cessação de funções, o titular do fundo de maneiio terá de efetuar a sua reposição de imediato.

Artigo 8º

Fundos Fixos de Caixa

1. Anualmente poderão ser constituídos fundos de caixa fixos, mediante deliberação do Conselho de Administração, que visem facilitar os trocos aos trabalhadores responsáveis pela cobrança de receitas.
2. Na constituição e reposição dos fundos referidos no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 3º, 4º e 7º.

4

Artigo 9º

Disposições Finais e Penalidades

- 1- As despesas realizadas pelo fundo de maneo que contrariem, em parte ou no todo, o disposto nas regras estabelecidas no presente regulamento, não serão pagas pela autarquia e terão de ser suportadas pelo dirigente do serviço a favor do qual foi constituído o fundo de maneo.
- 2- Os casos omissos no presente regulamento e eventuais alterações serão objeto de deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Artigo 10º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação em reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal.